



ATA DA 9ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, CONVOCADA COM O OBJETIVO DE DEBATER A SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA PPE (PROCEDIMENTOS POLICIAIS ELETRÔNICOS). 3ª SESSÃO LEGISLATIVA. 20ª LEGISLATURA. MANAUS, 7 DE NOVEMBRO DE 2025. PRESIDENTE: DEPUTADO DELEGADO PÉRICLES.

Às nove horas e trinta minutos do dia sete de novembro do ano dois mil e vinte e cinco, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **DELEGADO PÉRICLES**, ausentes os demais. O Senhor Presidente explicou se tratar de uma Audiência Pública convocada com o objetivo de debater a substituição do Sistema PPE (Procedimentos Policiais Eletrônicos), desenvolvido pelo Serpro em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), pelo novo Sistema de Integração de Segurança Pública, desenvolvido pelo Consórcio Iron PRO, contratado pela Prodam, conforme Requerimento n.º 4305/2025, de sua autoria. Convidou para compor à Mesa as autoridades: Armando Gurgel Maia, Promotor de Justiça do Ministério Público do Amazonas-MPAM; Railana Berenice Amoras Oliveira, Analista do Sinesp PPE, representando a Secretaria Nacional de Segurança Pública-Senasp; Ivy Caroline Melo Bastos, Escrivã e Gestora do PPE da Polícia do Amazonas. Com a palavra, o Deputado Delegado Péricles registrou a presença da Senhora Tharcila Martins, Presidente do Sindicato dos Escrivães e Investigadores de Polícia Civil do Estado do Amazonas-Sindeipol; e dos Senhores Jeff MacDonald, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Amazonas-Sindepol, e Jaime Lopes, Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado do Amazonas-Sinpol, e lamentou a ausência do Secretário de Segurança Pública, do Delegado-Geral e do representante do Consórcio Iron PRO. Afirmou que o PPE funciona de forma perfeita e salientou que a Audiência quer saber o porquê de substituir por outro que custa n





por ano. Esclareceu ainda que, na época da implantação do PPE, visitou outros Estados para verificar como era feito o processo eletrônico policial e assegurou que o PPE seria o melhor, até por ser gratuito, estando em 12 Estados, e bastando fazer um Convênio com o Ministério da Segurança Pública. Observou que o Orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública é pequeno e, normalmente, acaba no mês de outubro precisando de suas emendas parlamentares para consertar ar-condicionado e computadores e estranhou o fato de o Secretário querer destinar milhões para um serviço que pode ser gratuito e sem consultar os principais interessados que seriam os servidores e a população. Opinou que esse debate deveria ter sido feito antes pela Polícia Civil e colocou o espaço à disposição para que o Secretário e a Prodam, que contratou o Sistema Iron Pro, pudessem se pronunciar. **Na sequência, o Senhor Armando Gurgel** considerou o tema central para a organização da segurança pública, já que o Ministério da Justiça estaria propondo um Sistema Único de Segurança Pública, e ressaltou que o seu posicionamento não é contrariar Governador ou Secretário, mas manter a legalidade e a constitucionalidade da substituição do Sistema. Elencou as suas preocupações, que não tem a ver com o aspecto administrativo, e frisou que os delegados reclamaram da falta de conhecimento do novo sistema que foi escolhido sem debater com os servidores. Explicou que o Sistema atual busca dialogar com todos os entes da Federação e que não há uma obrigação de se adquirir o PPE, no entanto acredita na eficiência dele, que além de ser gratuito, possibilita a contribuição dos técnicos que o utilizam. Questionou o motivo de querer substituir um Sistema que não tem reclamação e indagou por que a Secretaria escolheu o Sistema Iron PRO sem consultar ninguém e por uma quantia que impacta diretamente o Orçamento da Segurança Pública do Amazonas. **Como próxima oradora, a Senhora Railana Berenice Oliveira** assinalou que estava no Ministério da Justiça desde 2014 e acompanhou de perto o desenrolar do PPE. Explicou que o PPE estaria instalado em 12 Estados e no Distrito Federal, não havendo obrigatoriedade de implantação, bastando apenas uma adesão do Estado, e frisou que o Sistema pode ser usado de forma integrada com a participação de todas as Polícias e o Corpo de Bombeiros a exemplo do que acontece no Amapá com o objetivo de dar uma maior eficiência às ocorrências. Elencou as vantagens do PPE no Amazonas que é usado apenas na Polícia Civil e no Corpo de Bombeiros e, a partir do momento em que o PPE é instalado, todas as ocorrências já ficam disponíveis na Base Nacional o que garante uma eficiência no tempo, pois não precisa digitar novamente os Boletins de Ocorrência na Base Nacional, além disso, o acesso à ferramenta se dá apenas por pessoas habilitadas. Clarificou também que o PPE não corre o risco





de acabar, mesmo com a troca de Governos, porque é uma Política de Estado, e pontuou que ele pode ser melhorado pelos que o utilizam estando em constante evolução. Considerou o Sistema um sucesso e evidenciou que existe todo um suporte aos usuários, apresentando o custo do PPE por ano que é em torno de oitenta milhões de reais, sendo fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União. Garantiu que existe uma evolução constante por se tratar de um serviço de informática e destacou um trabalho importante voltado à integração que está sendo realizado no Amazonas em favor do Judiciário em que vai ser possível visualizar todos os processos como, por exemplo, Medidas Protetivas e verificar o andamento dos processos. Defendeu a transparência e o sigilo do PPE e observou que a Base de Dados pode ser replicada nos Estados, dentro das orientações técnicas da Senasp, permitindo aos usuários consultas de Boletim de Ocorrência nos 27 Estados. Concluiu afirmando que o Ministério deixa a critério de cada Estado a substituição desde que haja uma oportunidade de fazer a defesa do PPE. **Dando prosseguimento, a Senhora Ivy Caroline** salientou que o PPE estava implantado na Polícia Civil da capital e que, atualmente, estaria voltado à implantação no interior tendo chegado a 52 Municípios e assegurou que não tem conhecimento do novo Sistema Iron Pro. **Neste momento, o Deputado Delegado Péricles** afirmou que já existe um Contrato com o Consórcio Iron Pro no valor de mais de vinte e dois milhões de reais anualmente e estranhou a Polícia Civil não ter conhecimento disso, franqueando a palavra aos Presidentes de Sindicatos, **manifestando-se: Tharcila Martins** explicou que só tomou conhecimento do novo Sistema quando já havia ocorrido a Licitação e oficializou a Secretaria sobre o desconhecimento do novo Sistema. Garantiu que o PPE é muito bom, além de ser gratuito, e que o novo Sistema não tem o modo cartorário e acrescentou que o dinheiro investido no Sistema Iron PRO deveria ser empregado na atualização das datas-bases e na promoção dos policiais, lamentando a ausência de seus colegas que foram proibidos de vir à Audiência; **Jeff MacDonald** ponderou que eles não têm informações claras do novo Sistema e concordou que os mais de vinte e dois milhões de reais deveriam ser investidos na ponta, no dia a dia dos policiais e na estrutura das delegacias. Perguntou à Senhora Railana se já houve Estado que saiu do PPE e depois voltou, tendo como resposta que, em 2018, houve uma estratégia equivocada no Maranhão, por isso ele saiu, e agora em 2025 o Estado voltou a implantar o PPE com sucesso; **Jaime Lopes** explicou que a Audiência seria um ato técnico e não político e assegurou que seu principal objetivo é melhorar o sistema de segurança pública. Demonstrou respeito ao trabalho do Deputado Delegado Péricles e do Promotor Armando Gurgel e apresentou os desafios dos policiais civis na capital





e no interior. Observou que o PPE é bom e não haveria motivos para trocá-lo principalmente no que tange aos recursos públicos e fez uma reflexão sobre o trabalho que a Polícia Civil oferta à população considerando o PPE um avanço e uma modernização, manifestando-se contra a instalação do novo Sistema. **Retomando a palavra, o Deputado Delegado Péracles** fez algumas ponderações acerca da atuação do Secretário de Segurança Pública que é ineficiente e recordou que destinou emendas à polícia visando melhorar as atividades embora não busque receber votos por isso, fazendo por amor à Instituição, já que é um servidor de carreira. Franqueou novamente a palavra aos presentes, **manifestando-se os Senhores: Odirlei** elogiou o debate e criticou o Secretário de Segurança Pública por atuar como “semideus” proibindo que os policiais estivessem presentes à reunião e mudando o PPE de forma arbitrária. Como escrivão, garantiu que o PPE é o ideal e citou as dificuldades enfrentadas pelos policiais que deveriam ser sanadas em vez de investir em Sistema; **Moacir** expressou seu apoio ao PPE e questionou o porquê da mudança, já que o PPE funciona perfeitamente. Citou alguns exemplos da eficiência do Sistema e parabenizou o Deputado Delegado Péracles pela Audiência; **Felipe** identificou a falta de uma estrutura de TI própria da Delegacia-Geral e opinou que quem deveria verificar essa questão do Sistema seria o Delegado-Geral e não o Secretário de Segurança Pública, sugerindo que os vinte e dois milhões fossem investidos em TI; **James** exaltou a atitude do Deputado Delegado Péracles e considerou a mudança do PPE um retrocesso, uma vez que não agrega eficiência. Afirmou que o PPE seria o ideal e opinou que o Secretário de Segurança estaria desrespeitando os policiais civis ao trocar o Sistema sem consultar os servidores. Questionou qual seria o interesse ao contratar o novo Sistema e quem estaria por trás dessa contratação; **Mauro** repudiou a ausência do Secretário de Segurança Pública na Audiência e indagou quem conhecia esse Sistema Iron PRO, argumentando que não havia motivos para trocar o PPE. Relatou a sua experiência com o novo Sistema e pediu que o Promotor pudesse entrar com uma medida para impedir que houvesse a troca. Perguntou à Senhora Railana se era possível identificar o celular por meio do IMEI no Sistema e trabalhar “off-line”, tendo como resposta que essa estratégia é feita por meio do “Celular Seguro”, mas que a Senasp estaria tentando superar essa limitação junto à Anatel, e em relação ao modo “off-line”, explicou que a Senasp chegou à conclusão de que seria melhor os Estados resolverem o problema da internet, em vez de desenvolver uma ferramenta paliativa para trabalhar sem internet. **Neste momento, o Deputado Delegado Péracles abriu espaço para as considerações finais, manifestando-se: Jaime Lopes** sugeriu que o Deputado Delegado Péracles pudesse representar junto ao





Tribunal de Contas para sobrestar o Contrato e o Ministério Público ajuizasse essa suspensão; **Jeff MacDonald** propôs que o Deputado Delegado Péricles fizesse uma recomendação ao Delegado-Geral que buscasse alocar os policiais especializados em TI em um mesmo local visando dar maior eficiência ao Sistema; **Armando Gurgel** manifestou preocupação com o sigilo das informações contidas no Sistema e prometeu analisar a situação no Ministério Público, juntamente com outro Promotor, visando ajuizar ou não a suspensão do Contrato. Explicou que não poderia antecipar nada porque o Ministério Público precisa ser provocado e pediu à Senhora Ivy Caroline que enviasse ao MP a lista dos municípios que ainda não possuem o PPE. Concluiu fazendo algumas indagações à Senhora Railana: 1. Está Claro no Termo de Adesão que o Estado precisa justificar a sua saída do PPE e se o Amazonas já fez essa comunicação; 2. Existe uma preocupação do Ministério da Justiça em relação à réplica do Banco de Dados pelos Estados, já que, no caso do Amazonas, há a possibilidade de uma empresa privada ter acesso a esses Dados sigilosos; **Railana Berenice Oliveira afirmou** que o Amazonas ainda não comunicou a sua saída do PPE e esclareceu que não existe nenhuma obrigação de os Estados justificarem a sua saída, no entanto acredita que essa comunicação deveria ser feita para que a Senasp pudesse aperfeiçoar o Sistema. No que diz respeito ao acesso ao Banco de Dados, clarificou que os Estados que fazem parte do Sistema podem visualizar os dados de todos os integrantes, mas só podem replicar os dados de sua Instituição. Acrescentou ainda que cada Estado é responsável pelo sigilo e que os dados só são acessados por pessoas com “expertise” no assunto. Manifestou gratidão pelo convite e se colocou à disposição para maiores esclarecimentos. **A caminho do fim o Deputado Delegado Péricles** agradeceu a presença de todos e fez os seguintes encaminhamentos: a) Recomendação à Secretaria de Segurança Pública do Amazonas e à Prodam a suspensão imediata do processo de substituição do PPE, uma vez que é eficiente e gratuito; b) Solicitação ao Sindaipol, Sindepol e Sinpol que pudessem divulgar uma Nota de Repúdio ao Sistema Iron PRO com base em tudo o que foi discutido na Audiência; c) Convocação do Secretário de Segurança Pública para vir à Casa, no seio da Comissão de Segurança, explicar os motivos que o levaram a querer substituir o PPE que é eficaz pelo Iron PRO que não é conhecido pelos servidores. Prometeu ainda acolher as sugestões feitas pelos Senhores Jaime Lopes e Jeff MacDonald e destacou que a mobilização de todos estaria surtindo efeito, já que o Governo não repassou nenhum recurso ao Consórcio, embora já tenha firmado o Contrato. **Nada mais ocorrendo**, encerrou a Reunião e convocou a





Sessão Ordinária de terça-feira à hora regimental. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

